



# Acesso aberto ao conhecimento no IPCBO Repositório Científico

## 1. INTRODUÇÃO

### Acesso Livre ao Conhecimento: breves considerações



**Maria Eduarda  
Pereira  
Rodrigues**  
PhD

Administradora  
do Instituto  
Politécnico  
de Castelo Branco  
CERNAS/IPCB  
erodrigues@ipcb.pt

O acesso livre ao conhecimento científico ganhou expressão e começou a despertar consciências no meio académico e científico, sobretudo, a partir do momento em que, nos anos 90 do século XX, Stevan Harnad e Jean-Claude Guéron publicaram os primeiros periódicos científicos em acesso livre (Melero e Abad Garcia, 2008), respetivamente “Psychology” e “Surfaces”. Estavam assim dados os primeiros passos para a implementação de uma filosofia de publicação em meio científico diversa da praticada até então, quer no modo de publicação, quer no respetivo alcance (Rodrigues, Rodrigues, 2014). Alguns autores consideram mesmo este evento como a mola impulsional do desenvolvimento do modelo de acesso aberto ao conhecimento científico que se veio a desenvolver

subsequentemente (Melero e Abad Garcia, 2008).

Por outro lado o advento da Internet com o consequente enorme e galopante desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) deu o impulso que faltava para a concretização daquele que é vulgarmente conhecido como Movimento do Livre Acesso ao Conhecimento Científico. Para Rossini (2007) a Internet provocou uma alteração drástica na forma de produzir, difundir e obter acesso ao conhecimento científico dando ainda a possibilidade de avaliar os seus efeitos. Shearer (2003), Craig et al. (2007) e Meyer (2009) consideram mesmo que a Internet e as TIC deram um grande contributo para o progresso da ciência porque permitiram a rápida difusão do conhecimento e o acesso aberto à literatura científica.

Na visão de Prosser (2005) o conhecimento constitui o elemento fundamental ao progresso da ciência. Todavia, este tem que ser

acompanhado de uma estratégia eficaz de comunicação dos resultados da investigação científica e tecnológica, sem a qual o mesmo se torna inútil ao propósito com que é desenvolvido. Aliás para autores como Harnad et al. (2008) o acesso livre ao conhecimento favorece, em todas as dimensões, o progresso da ciência na medida em que, através da partilha e transferência de conhecimento, promove e incrementa o potencial de utilização dos documentos com consequências positivas ao nível da reputação dos autores.

### O Movimento “Open Access”

Segundo Womack (2002) o Movimento do Livre Acesso ao Conhecimento Científico constituiu a grande viragem no modelo de publicação em meio científico porque veio alterar o paradigma da publicação científica e da difusão dos seus resultados pela facilidade que permitiu incutir no processo de difusão, mas também pela alteração da estrutura tradicional de publicação. O Movimento do Livre Acesso ao Conhecimento ganhou substância através das declarações conhecidas como as três Bs, devidas a Berlim, Bethesda e Budapeste (UM, 2005). Estas declarações são fundamentais à estruturação e ao estabelecimento de políticas de Livre Acesso ao Conhecimento Científico que se vieram a definir e aplicar, um pouco por todo o mundo. Estas três declarações contêm uma série de princípios básicos que se resumem no seguinte: *“OA content must be free of charge for all users with an internet connection”*. Assim, o modelo de acesso aberto ao conhecimento científico pressupõe o acesso livre e gratuito à literatura científica e a sua circulação e transmissão através da Internet permitindo que todos possam aceder ao texto integral dos documentos para ler, descarregar, utilizar, copiar, imprimir ou referenciar sem custos e sem dilações ou embargos (Saraiva, Rodrigues, 2010).

### A Via Verde e a Via Dourada

A declaração de Budapeste ([www.budapestopenaccessinitiative.org/read](http://www.budapestopenaccessinitiative.org/read)) considera duas formas de publicação de artigos em meio científico apelidadas de Via Verde e Via Dourada.

A Via Dourada refere-se à publicação científica em revistas de acesso aberto em que os artigos são imediatamente disponibilizados em acesso mundial livre e gratuito para qualquer cidadão com acesso à Internet. A Via Dourada respeita à disponibilização de documentos através dos repositórios, sendo que estes são muito inclusivos alojando um leque variado de tipologias documentais (Saraiva e Rodrigues, 2010; Swan, 2013; Melero e Abad Garcia, 2008, Harnad, et al., 2008).

### Os Repositórios

Os repositórios digitais são estruturas informacionais multifacetadas e, de um modo geral, multidisciplinares que agregam dados, metadados e documentos em um único local permitindo o acesso aos seus conteúdos a qualquer cidadão, em qualquer parte do mundo, com acesso à Internet. Na definição proposta por Lynch (2003) os repositórios são: *“... a set of services that a university offers to the members of its community for the management and dissemination of digital material created by the institution and its community members”*. Tomando por base a definição de Lynch (2003) os repositórios surgem como um instrumento muito adequado à partilha de informação e à difusão do conhecimento científico. Na sua definição o repositório dispõe de um conjunto de facilidades e serviços associados que inclui a preservação em suporte digital dos conteúdos e o fomento do diálogo científico entre os pares. Aliás Cassela (2010) e Grundman(2009), citados por Rodrigues e Rodrigues (2014) referem, a este propósito,



que os repositórios podem e devem ser entendidos como um dos instrumentos mais adequados à difusão, partilha, recuperação, validação e reutilização do conhecimento científico. Por outro lado, são de fácil acesso e utilização possibilitando a disponibilização em tempo real de dados e resultados de investigação.

Ao longo dos últimos anos os repositórios vêm aumentando em número, em capacidade de acolhimento e em novas funcionalidades que lhes acrescentaram valor, nomeadamente ao nível das ferramentas de interoperabilidade com outros sistemas e da flexibilização do seu funcionamento. Assim, é visível a proliferação de repositórios institucionais digitais que procuram refletir de forma fiel o comportamento dos membros das respetivas organizações em termos de publicação científica (Royster, 2008). Entre os instrumentos que suportam o arquivo nos repositórios institucionais encontram-se as políticas de depósito de documentos, vulgarmente conhecidas como políticas mandatórias. Todavia, alguns autores referem a este respeito que as políticas mandatórias, por si só, não são suficientemente robustas para garantir que os investigadores arquivam toda a sua produção científica nos respetivos repositórios (Cassela, 2010; Rodrigues e Rodrigues, 2012; Rodrigues et al., 2016) e é necessário utilizar meios complementares para motivar os investigadores para o arquivo nos repositórios (Kim, 2011).

A evolução incremental do número de repositórios que ocorre à escala mundial é verificável, nomeadamente por consulta ao Directory of Open Access Repositories reconhecido como Open DOAR que registava, em 2005, um total de 128 repositórios, tendo passado para 2611 em 2014 e, na atualidade, inclui já 3402 repositórios ([www.opendoar.org](http://www.opendoar.org) Consult. 20171011). No mesmo diretório é possível constatar pela diversidade de conteúdos que são acolhidos pelos repositórios ao nível das tipologias neles constando, artigos em revistas, documentos

de conferência, livros, teses, relatórios científicos, dados entre outros.

## 2. O Repositório Científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco - RCIPCB

### RCIPCB: o contexto

No contexto português a tendência para o aumento do número de repositórios também é uma realidade. Assim de 3 repositórios em 2004, passou-se para 35 em 2007 (UMIC, 2012), para 42 em 2014 (Rodrigues e Rodrigues, 2014), registando, atualmente o Portal do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) um total de 51 repositórios (<https://www.rcaap.pt/directory.jsp>, Consult. 20171011). Este aumento do número de repositórios verifica-se, sobretudo, ao nível das instituições de ensino superior que, no seu conjunto, possuem 38 repositórios acessíveis através do Portal RCAAP. O Repositório Científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco (RCIPCB ou Repositório) é um dos repositórios presentes no Portal RCAAP desde o ano de 2010 possuindo mais de 5000 documentos depositados. Tal como os restantes repositórios constantes do portal, o RCIPCB orienta-se pelos princípios de livre acesso ao conhecimento científico e tem como objetivo refletir a produção científica e técnica do IPCB (Rodrigues e Rodrigues 2014). Aliás desde abril de 2010 que o IPCB se tornou instituição signatária da Declaração de Berlim sobre o Acesso Aberto ao Conhecimento Científico (<https://openaccess.mpg.de/319790/Signatories>, Consult. 20171010) o que dá nota da relevância que a instituição atribui a esta forma de difusão do conhecimento científico produzido pelos seus docentes/investigadores.

Tendo sido oficialmente fundado em 18 de janeiro de 2010 o RCIPCB tem como

missão “Disponibilizar e permitir o livre acesso à produção científica do Instituto Politécnico de Castelo Branco (...)” sendo o seu âmbito “(...) todos os documentos, de natureza técnica ou científica, produzidos por todos os elementos do IPCB (...)”. Nesse sentido a instituição definiu como objetivos os seguintes: “divulgar a produção científica do IPCB; preservar em suporte digital a memória intelectual do IPCB; partilhar o conhecimento científico e técnico alcançado contribuindo para a geração de novos conhecimentos; aumentar o impacto da produção científica nos meios académicos e de investigação”. (<http://repositorio.ipcb.pt/>). Como suporte tecnológico o RCIPCB assenta no DSpace, plataforma *open source* desenvolvida pelo MIT.

Como mecanismo de suporte ao depósito de documentos o RCIPCB viu ser aprovada em 2013 a segunda versão da Política de Depósito de Documentos no RCIPCB. Mais inclusiva do que a sua primeira versão, esta inclui a obrigatoriedade de proceder ao depósito de todos os documentos produzidos pelos docentes/investigadores no RCIPCB e apela, igualmente, à publicação científica, preferencialmente, em revistas de acesso aberto.

## A Estrutura do RCIPCB

À semelhança de outros repositórios institucionais o RCIPCB está estruturado em comunidades e coleções. As comunidades estão alinhadas com a estrutura orgânica do IPCB e correspondem às Escolas (6 comunidades) e ao IPCB (1 comunidade) (Fig. 1).

Comunidade	Coleções
ESACB - Escola Superior Agrária	12
ESALD - Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias	10
ESART - Escola Superior de Artes Aplicadas	11
ESECB - Escola Superior de Educação	11
ESGIN - Escola Superior de Gestão	11
ESTCB - Escola Superior de Tecnologia	11
IPCB - Instituto Politécnico de Castelo Branco	5

**Fig. 1** – Estrutura do RCIPCB

Do ponto de vista das coleções estas correspondem às tipologias documentais que o RCIPCB acolhe registando-se, até um máximo de 12 coleções por comunidade (Fig. 2). O exemplo apresentado (Comunidade ESACB) é replicado, com ligeiras alterações, nas restantes comunidades.

### Coleção

AGROFORUM: Revista da Escola Superior Agrária  
 ESACB - Artigos em revistas com arbitragem científica  
 ESACB - Artigos em revistas sem arbitragem científica  
 ESACB - Comunicações em encontros científicos e técnicos  
 ESACB - Dissertações de Mestrado  
 ESACB - Livros ou capítulos de livros  
 ESACB - Patentes  
 ESACB - Posters em encontros científicos/técnicos  
 ESACB - Provas Públicas  
 ESACB - Relatórios técnico/científicos  
 ESACB - Repositório de Dados Científicos  
 ESACB - Teses de Doutoramento

**Fig. 2** – Coleções por comunidade

Como se poder verificar as coleções acompanham o tipo de publicações produzidas na instituição e dessa forma pretendem incluir todos os documentos de natureza científica e/ou técnica realizados pelos docentes/investigadores do IPCB. Todavia é possível incluir novas comunidades e coleções sempre que haja necessidade.

## Evolução do RCIPCB

O RCIPCB constitui o principal instrumento agregador da publicação científica produzida pela comunidade académica/científica do IPCB e vem registando um comportamento de crescimento ao longo dos anos (Fig. 3). No ano de 2016 esse crescimento registou um pico mercê de um crescimento atípico na coleção RDC da comunidade ESACB. No entanto em 2017 parece ter retornado ao ritmo de crescimento dos anos anteriores.

Ano	Documentos
2009	34
2010	371
2011	624
2012	566
2013	475
2014	425
2015	477
2016	2.254
2017	302
	<b>5.528</b>

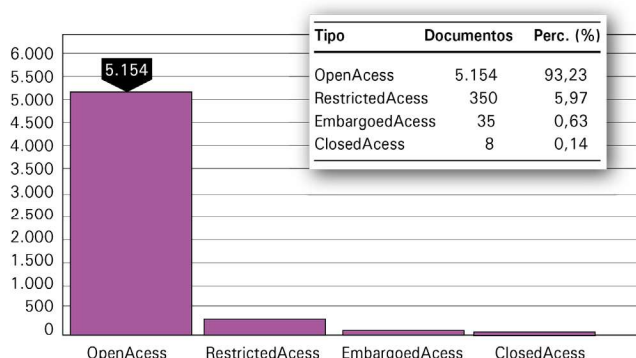
**Fig. 3** – Evolução anual do depósito no RCIPCB (Fonte: RCIPCB)

Quando se analisa o crescimento do Repositório do ponto de vista das comunidades (Fig. 4), constata-se que este é assimétrico. Esta assimetria parece estar relacionada com a dinâmica evolutiva da própria instituição, isto é, as comunidades relativas às escolas mais antigas são aquelas que registam maior número de documentos depositados.

Documentos	Perc. (%)	Comunidade
3.323	60,11	ESACB
996	18,02	ESECB
439	7,94	EST
383	6,93	ESART
264	4,78	ESALD
158	2,86	ESGIN
59	1,07	IPCB

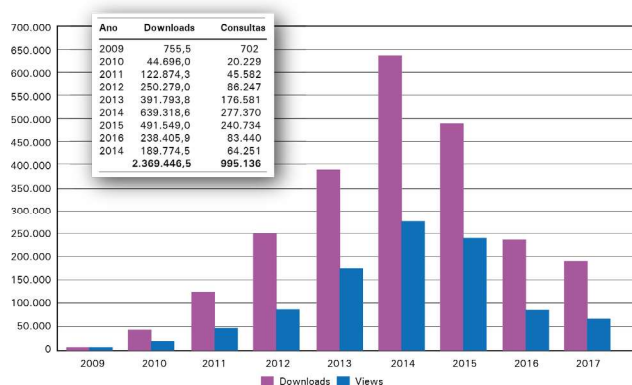
**Fig. 4** – Documentos depositados por comunidade (Fonte: RCIPCB)

Relativamente ao tipo de acesso aos documentos verifica-se que a maioria dos conteúdos arquivados no RCIPCB se encontram em acesso aberto (Fig. 5.)



**Fig. 5** – Documentos por tipo de acesso

Como se pode verificar 93% dos documentos arquivados no RCIPCB encontra-se disponível em acesso aberto. Tal permite afirmar que o RCIPCB está bem posicionado face aos princípios do livre acesso ao conhecimento. Do ponto de vista do acesso e eventual utilização dos conteúdos verificam-se os resultados apresentado na figura 6.



**Fig. 6** – Evolução do n.º de *downloads* e consultas

Verifica-se assim que desde a sua criação em 2009 já foram efetuados mais de dois milhões de *downloads* sobre os conteúdos presentes no RCIPCB o que dá nota da importância do Repositório como ferramenta difusora de conhecimento científico de larga escala.

## O Depósito de Documentos no RCIPCB

Embora o RCIPCB revele um comportamento de crescimento sistemático ao longo dos anos, nem todos os documentos publicados pelos docentes/investigadores são aí depositados, aliás como atestam estudos anteriores já efetuados sobre os seus conteúdos (Rodrigues e Rodrigues, 2014a). Esta situação verifica-se apesar de a Política de Depósito de Documentos no RCIPCB incluir a obrigatoriedade de aí depositar. Mas outros instrumentos estão também disponíveis, nomeadamente alguns de carácter legal como o artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de agosto que veio promover a obrigatoriedade de arquivar em repositórios científicos

da Rede RCAAP todas as dissertações e trabalhos finais que conduzam à obtenção do grau de mestre, ou de carácter institucional como o Despacho n.º 17/2017 do Presidente do IPCB que apenas promove o inventivo à publicação nos casos em que os documentos a publicar ou apresentar publicamente são depositados no RCIPCB.

### 3. Considerações finais

Pela sua natureza o RCIPCB constitui o local, por excelência, para arquivar e preservar o conhecimento científico produzido no Instituto Politécnico de Castelo Branco. O RCIPCB promove a produção científica dotando-a de grande visibilidade o que é constatável através da verificação do número de *downloads* e consultas que sobre os seus conteúdos são efetuados.

Apesar de a capacidade de captação de documentos do RCIPCB estar a melhorar com o contributo dos instrumentos atrás referenciados, não deve ser descurada a estratégia de divulgação continuada do RCIPCB para que não se perca a dinâmica agregadora, de preservação e de visibilidade que o mesmo potencia.

### Referências Bibliográficas

- CASELA, M. (2010) - Institutional repositories: an internal and external perspective on the value of IRs for researchers' communities. *Liber Quarterly*, 20 (2), p. 210-225.
- CRAIG, I.D.; PLUME, A.M.; McVEIGH, M.E. [et al] (2007) - Do open access articles have greater citation impact? A critical review of the literature. *Journal of Informetrics*, 1, p. 239-248. doi: 10.1016/j.joi.2007.04.001.
- GRUNDMAN, A. (2009) - Increasing self-archiving of faculty publications. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/13732/>. Acesso em: 12 out. 2017.
- HARNAD, S.; BRODY, T.; VALLIÈRES, F.; CARR, L.; HITCHCOCK, S.; GINGRAS, Y.; OPPENHEIM, C.; STAMERJOHANNIS, H.; HILF, E. R. (2008) - The access/impact problem and the Green and Gold Roads to open access: an update. *Serials Review*, 34(1), p.36-40.
- KIM, J. (2011) - Motivations of faculty self-archiving in institutional repositories. *The Journal of Academic Librarianship*, 37(3), p. 246-254.
- LYNCH, C. (2003) - Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. *ARL Bimonthly Report*, n. 222, p. 1-7.
- MELERO, R.; ABAD GARCIA, M.F. (2008) - Revistas Open Access: características, modelos económicos y tendencias. *BID*, n. 2.
- MEYER, KA. (2009) - What's yours is mine: an investigation of current copyright policies of education journals. *Innovation in Higher Education*, 34, p.3-18. doi: 10.1007/s10755-008-9093-9.
- PROSSER, D. (2005) - Open Access: the future of scholarly communication. *Cadernos BAD*, 1, p. 6-20.
- RODRIGUES, M.E., RODRIGUES, A.M. (2012) - Analyzing the performance of an institutional scientific repository - A case study. *Liber Quarterly*, 22(2), p. 98-117.
- RODRIGUES, M.E.P.; AMANTE, M.J.; PAIS, C.; SEGURADO, T.; LOPES, S.; RODRIGUES, A.M. (2016) - Os repositórios das instituições de ensino superior portuguesas : estudo comparativo. *Cadernos BAD*. ISSN 0007-9421. 2: 71-79.
- RODRIGUES, M.E.P.; RODRIGUES, A.M. (2014) - Avaliação da eficácia da "política mandatória" em repositórios: um estudo de caso no Instituto Politécnico de Castelo Branco. *AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento*, 3(1), p. 60-64.
- RODRIGUES, M.E.P.; RODRIGUES, A.M. (2014a) - Os autores e o repositório científico: estudo de caso. *Rev. Eletron. De Comun. Inf. Inov. Saúde*, 8(2), p. 107-201.
- ROSSINI, C.A. (2007) - The Open Access Movement: opportunities and challenges for developing countries: let them live in interesting times. Comunicação apresentada em DIPLO Foundation - Internet Governance Program.
- ROYSTER, P. (2008) - Publishing original content in an institutional repository. *Serials Review*, 34(1), p. 27-30.
- SARAIVA, R.; RODRIGUES, E. (2010) - Open Access in Portugal. In ANGLADA, L.; ABADAL, E. (ed.). *Open access in Southern European Countries*. Madrid: FEYCT. p. 83-99.
- SHEARER, K. (2003) - Institutional repositories: towards the identification of critical success factors. *Canadian Journal of Information and Library Services*, 27(3).
- SWAN, A. (2013) - Directrices para las políticas de desarrollo y promoción del acceso abierto. Paris: UNESCO.
- UMIC (2012). Agência para a Sociedade do Conhecimento. Repositórios de acesso aberto. Lisboa: UMIC. Disponível em: [http://www.unic.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3079&Itemid=212](http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=3079&Itemid=212). Acesso em: 12 out. 2017.
- UM UNIVERSIDADE DO MINHO (2005). Sobre o acesso livre. Minho (PT): Universidade do Minho. Disponível em [http://www.sdum.uminho.pt/confOA2005/Sobre\\_AL.htm](http://www.sdum.uminho.pt/confOA2005/Sobre_AL.htm).
- WOMACK, R. (2002) - Information intermediaries and optimal information distribution. *Library and Information Science Research*, 24, p. 129-155.